



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO	DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO	DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	REPÚBLICA	
	D. de Notícias - Funchal	28-1-75

# Mesa-redonda sobre administração social É preciso transformar «os servidores do Estado em servidores do Povo»

**M.A.S.** — afirmou a eng.<sup>a</sup> Lourdes Pintassilgo

«Em muitos pontos, verificou-se que existem obstáculos graves de natureza tanto objectiva como subjectiva aos fins socializantes dos novos programas no campo da saúde, da segurança social e questões afins, e foi considerado urgente identificar quais destes obstáculos podem ser ultrapassados pelo reordenamento de objectivos nacionais, pela redistribuição de recursos, por reformas administrativas e organizações nacionais ou, naqueles casos onde há uma resistência consciente por parte de grupos ou forças sociais identificáveis por uma intervenção concreta no sentido de eliminar privilégios anti-sociais e interesses estabelecidos» — afirma-se nas conclusões da mesa - redonda sobre Administração Social, apresentadas 6.ª feira na sessão de encerramento.

Nesta mesa - redonda, promovida pela Divisão dos Assuntos Culturais da ONU, em Genebra, em colaboração com o Ministério dos Assuntos Sociais de Portugal, participaram quatro peritos vindos de outros países europeus, sete peritos portugueses e alguns observadores, o representante do secretário-geral das Nações Unidas e representantes da Organização Mundial de Saúde e da Associação Internacional de Segurança Social.

Como objectivo, propunha-se esta reunião examinar as orientações e os programas de acção do Ministério dos Assuntos Sociais, no contexto da situação sócio-política, dos recursos e das necessidades presentes do País e também assistir o Ministério no que respeita à melhor maneira de atingir os seus fins e ultrapassar os muitos obstáculos que existem e que dificultam a implementação de uma política social global.

Durante os trabalhos, a mesa-redonda teve de encarar o dilema de como reconciliar a necessidade urgente de deliberações e acções práticas nos sectores da saúde, da segurança social e dos objectivos de desenvolvimento social global do Governo, com a grande carência de recursos humanos e materiais existentes, com a incerteza sobre acontecimentos futuros e com a persistência de tradições, interesses e hábitos radicados que se opõem aos objectivos sociais inovadores do Governo.

Os participantes concordaram que qualquer solução a propor tinha de ter em consideração a singularidade da situação existente em Portugal e as potencialidades do País.

Na troca de impressões entre os participantes portugueses e estrangeiros ficou bem expresso que as dificuldades têm de ser enfrentadas com o desejo de «avançar rapidamente com cuidado, ou seja, que é preciso tomar decisões rápidas no que toca às necessidades mais gritantes, servindo-se, de forma imaginativa, dos recursos limitados de que se dispõe, e ao mesmo tempo sem esquecer que são precisas reformas radicais e profundas a fim de atingir os objectivos finais da política social planeada. Estes objectivos só poderão ser atingidos numa perspectiva a longo prazo e vão requerer mudanças e reajustamentos da sociedade toda, assim como de estruturas produ-

tivas, administrativas, educacionais e outras.

## Herdaram uns ignorância herdaram outros arrogância

Ficou assente que a democratização da vida pública e a participação das forças populares na definição e execução da política social constituem necessidades essenciais. Considerando esta questão, foi visto que era importante ter uma noção clara de história política e económica recente de Portugal, com a sua herança de ignorância, de resignação e passividade em certos sectores da população, com a tradição concomitante de paternalismo e arrogância por parte do Estado, que têm o poder nos processos de decisão e de administração.

O conteúdo e objectivos de qualquer programa social terão, pois, de ser condicionados por um processo contínuo de consultas, de informação e outros esforços para estimular a participação e influência da população.

Outros pontos da agenda foram a questão de cooperação interministerial tendo em vista a realização dos objectivos sociais nacionais e a necessidade de uma crescente descentralização das tomadas de decisão e execução dos programas sociais.

A necessidade de acções rápidas e eficientes a fim de eliminar as carências e injustiças presentes nos sectores sociais e de saúde, e a atenção que requer «a melhor maneira» de as pôr em prática, foram também objectivo de atenção na mesa - redonda.

Houve acordo em que uma realização plena dos objectivos sociais tais como estão definidos pelo Governo está dependente de um clima de estabilidade económica e política. Considerou-se no entanto que se podem desde já realizar melhoramentos através de uma utilização mais justa e eficiente dos recursos disponíveis, pondo ao dispor dos mais necessitados, serviços e benefícios e iniciando o processo de redistribuição de recursos e oportunidades.

## Subordinar o «país legal» ao «país real»

Na sessão de encerramento, após a leitura das conclusões, feita pela dra. Maria Teresa Santa Clara Gomes, usaram da palavra o dr. Eyvind Hytter, chefe do Programa Europeu da Divisão dos Assuntos Sociais das Nações Unidas, um representante da Organização Mundial de Saúde Glen Thomas, e Dominique Ceccaldi, do Ministério da Saúde da França.

A encerrar a sessão (que viria a dizer apenas «adiada» em termos da cooperação que apenas se iniciou), falou o ministro dos Assuntos Sociais, eng. Maria de Lourdes Pintassilgo:

«No processo revolucionário empreendido pelas Forças Armadas, mais que não será completo enquanto o povo não for verdadeiramente o seu agente — disse —, a transição mais importante na Administração Pública é transformar-se a indicação de funcionários públicos como «servidores do Estado» em «servidores do Povo».

Um serviço público, a administração, não tem sentido senão na medida em que produz não apenas papéis, mas realmente serviços — continuou a eng. Maria de Lourdes Pintassilgo —. Qualquer reforma deve ser submetida a esta primeira obrigação de dar ao Povo aquilo de que ele necessita no prazo que ele tem o direito de exigir. Isto envolve uma nova definição profissional de todos os corpos sociais ligados à prestação de serviços públicos».

A terminar o ministro dos Assuntos Sociais falou dos «dois países» em que vivemos: «Há um país real e um país legal. É preciso saber se estamos ao serviço do homem do país real ou se ao serviço de qualquer coisa que está acima dos homens e que muitas vezes não toca a realidade que eles são. É preciso subordinar o país legal ao país real».

A sessão de encerramento desta mesa - redonda sobre Administração Social estiveram ainda presentes o secretário de Estado das Pescas, o subsecretário da Comunicação Social e representantes de outros ministérios.